CARTA DE APRESENTAÇÃO

Curitiba, 31 de agosto de 2026.

À
Autoridade Monetária – Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig)

Prezados Senhores,

A Servopa Administradora de Consórcios Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 76.515.071/0001-99, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020, e demais disposições normativas emitidas pelo Banco Central do Brasil, vem, por meio desta, apresentar suas Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2026, encerrado em 30 de junho de 2026, elaboradas em consonância com os mais elevados padrões contábeis e de governança corporativa exigidos às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Banco Central do Brasil.

As informações apresentadas incluem:

- Relatório da Administração
- Relatório da Auditoria Independente
- Balanço Patrimonial
- Demonstração dos Resultados
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
- Demonstração Consolidada de Variações nas Disponibilidades de Grupos
- Notas Explicativas

As demonstrações foram emitidas em 31 de agosto de 2026 e disponibilizadas em nosso site institucional Consórcio Servopa: 'https://www.consorcioservopa.com.br/demonstrativos-financeiros'.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, nós, abaixo assinados, na qualidade de Administrador e Contador da empresa Servopa Administradora de Consórcios Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 76.515.071/0001-99, com sede à Rua Rockefeller, 1118, Rebouças – Curitiba/PR, declaramos, sob as penas da lei, que as informações contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao primeiro semestre do exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, foram elaboradas com base na legislação vigente, observando os princípios contábeis aceitos, e refletem, de forma fidedigna, a posição patrimonial, financeira e o resultado das operações da empresa naquele período.

Declaramos, ainda, que as referidas demonstrações foram elaboradas com base nos registros contábeis da empresa, mantidos de forma regular, e que todos os documentos comprobatórios e informações necessárias à sua elaboração encontram-se devidamente arquivados e à disposição dos órgãos fiscalizadores competentes.

Na qualidade de responsáveis pelo conteúdo das demonstrações financeiras, declaramos que os documentos entregues correspondem fielmente às versões auditadas e publicadas no site da instituição.

Curitiba, 31 de agosto de 2026.

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
ANYA SUSANNE VOSWINCKEL CELESTINO
Data: 13/10/2026 11:35:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Anya S. Voswinckel Celestino
Sócia Quotista

Ricardo Vogman de Lima
Contador CRC PR – 054107/O-9

ASSINADO DIGITALMENTE
RICARDO VOGMAN DE LIMA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026, com informações comparativas de 31 de dezembro de 2025. Apresentamos, também, as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, bem como as Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Servopa Administradora de Consórcios Ltda. atua na formação e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis. Com mais de 50 anos de experiência no setor, a empresa opera sob autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil.

Missão e Visão

A Servopa Administradora de Consórcios tem como missão proporcionar soluções de consórcio seguras, acessíveis e eficazes, por meio da formação e gestão de grupos, como venda e administração de cotas destinados à aquisição planejada de bens móveis e imóveis. Com mais de cinco décadas de atuação no setor, a instituição se consolidou como referência em excelência na gestão de grupos, promovendo o planejamento financeiro dos consorciados, a inclusão financeira e contribuindo para o fortalecimento da economia real.

Atualmente, a Servopa possui 201 grupos em andamento, totalizando 171.535 cotas ativas, o que evidencia sua sólida presença e a confiança dos consorciados. Até o mês de junho de 2026, a Sociedade realizou a entrega de 36.731 bens, contribuindo diretamente para a realização de sonhos e o fortalecimento da economia real.

No primeiro semestre de 2026, a Servopa registrou um resultado líquido de R$ 33.695 mil e um patrimônio líquido de R$ 144.776 mil, com um crescimento de 4,34% em relação ao resultado do mesmo semestre do exercício anterior, resultado impulsionado por

campanhas de vendas estratégicas, alinhadas ao compromisso de oferecer soluções seguras, acessíveis e eficazes para a aquisição planejada de bens.

Governança Corporativa

A Servopa Administradora mantém compromisso com os mais elevados padrões de governança corporativa, adotando práticas que promovem a transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas. Seu modelo de gestão é estruturado com base em comitês especializados e deliberativos, que atuam de forma colegiada na avaliação e definição de temas estratégicos e operacionais relevantes para a organização.

Essa estrutura decisória moderna assegura que as decisões estejam alinhadas aos interesses de longo prazo da Sociedade e de seus stakeholders, fortalecendo a sustentabilidade dos negócios e a confiança dos públicos com os quais a empresa se relaciona.

Compromissos com as regulamentações do setor

Durante esse período, a Servopa Administradora reafirmou seu compromisso com a conformidade regulatória, mantendo aderência plena às normativas emitidas pelo Banco Central do Brasil, incluindo os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às diretrizes de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT). A instituição revisitou seus processos internos, investiu em treinamentos e reforçou sua estrutura de controles internos para mitigar riscos e assegurar a integridade de suas operações.

Ética, Conformidade e Controles internos

A conduta da Servopa é orientada por princípios éticos sólidos e pela rigorosa observância da legislação vigente. A empresa conta com um Programa de Integridade que reforça seu compromisso com a conformidade regulatória e com a prevenção de condutas indevidas.

Além disso, seu sistema de controles internos passa por aprimoramentos contínuos, com o objetivo de assegurar a integridade dos processos, a confiabilidade das informações e a mitigação de riscos operacionais e reputacionais.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos integra a estratégia corporativa da Servopa, que adota políticas e procedimentos voltados à identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos inerentes às suas atividades. Essa abordagem garante maior segurança na tomada de decisões e contribui para a preservação dos ativos da Sociedade. A postura preventiva fortalece a resiliência organizacional diante de cenários adversos e assegura a continuidade dos negócios com responsabilidade e eficiência.

Responsabilidade Socioambiental

Ciente de seu papel social, a Servopa incorpora princípios de sustentabilidade em sua gestão e nas relações com seus públicos. A empresa investe em iniciativas voltadas à responsabilidade ambiental**,** ao desenvolvimento local e à inclusão social**.** O compromisso com práticas sustentáveis está presente nas operações do dia a dia e no relacionamento com parceiros e consorciados, refletindo a preocupação com as futuras gerações e com a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Relacionamento com Stakeholders

A Servopa valoriza o diálogo transparente e contínuo com seus diversos públicos de relacionamento, incluindo consorciados, colaboradores, fornecedores, parceiros, instituições reguladoras e a sociedade em geral. A empresa preza por relações fundamentadas na confiança, no respeito mútuo e na geração de valor compartilhado, consolidando sua reputação e fortalecendo os laços institucionais que sustentam sua trajetória de crescimento.

Agradecemos profundamente a confiança dos consorciados, cuja fidelidade é a base do nosso crescimento sustentável. Estendemos nosso reconhecimento aos colaboradores e representantes parceiros, cuja atuação ética, comprometida e estratégica tem sido essencial para o alcance dos resultados, a consolidação da marca e o avanço da nossa missão institucional.

Curitiba, 31 de agosto de 2026.

Os Administradores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas de
SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcios e as movimentações dos seus recursos para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 04 de setembro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
LETICIA PIERETTI:78513480053
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

LETICIA PIERETTI
Contadora CRC/RS 60.576

CONFIDOR AUDITORES ASSOCIADOS
CRCRS 2.209/T/SP/F/RS

Member of

LEA global
leading edge alliance
innovation • quality • excellence

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras 11
Balanço Patrimonial 11
Demonstração do Resultado do Exercício 13
Demonstração do Resultado Abrangente 14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 15
Demonstração dos Fluxos de Caixa 16
Demonstrações dos Grupos de Consórcio 17
Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios 18
Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos 19
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 20

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

As demonstrações do Balanço Patrimonial da Servopa Administradora de Consórcios Ltda. apresentam, de forma estruturada, a posição financeira da instituição em 30 de junho de 2026, em comparação com a posição em 31 de dezembro de 2025.

Ativo circulante	**Nota**	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Caixa e equivalentes de caixa	4	465	2.212
Ativos financeiros ao custo amortizado	5		
Títulos de renda fixa		22.593	8.630
Títulos de renda variável		1.496	1.557
Cotas de fundo de investimento		55.435	55.976
Contas a receber	6	1.393	1.384
Impostos a recuperar	7	29.006	9.893
Impostos diferidos	8	3.018	3.264
Adiantamentos		660	856
Outros créditos		1.334	1.258
Despesas antecipadas	9	50.568	39.311
Total do circulante		**165.968**	**124.341**
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	10	5.236	5.309
Ativos financeiros ao custo amortizado	5		
Títulos de renda fixa	5	327	310
Despesas antecipadas	9	588.166	448.859
Investimentos	11	239	239
Imobilizado	12	18.706	12.724
Ativo de direito de uso	13	2.295	3.095
Total do não circulante		**614.969**	**470.536**
Total do ativo		**780.937**	**594.877**

Passivo circulante			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Arrendamentos	13	1.538	1.584
Comissões a pagar	14	202.841	156.728
Partes relacionadas	15	10.106	10.106
Obrigações trabalhistas		4.738	5.804
Obrigações tributárias	16	1.380	2.932
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	16	17.222	-
Recursos não procurados	17	-	7.848
Taxa de administração antecipada	18	49.374	29.144
Outras contas a pagar	19	1.437	3.597
Total do circulante		**288.636**	**217.743**
Passivo não circulante			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Arrendamentos	13	804	1.542
Obrigações tributárias	16	5.073	5.073
Impostos diferidos	20	780	1.052
Provisão para perdas	21	-	114
Taxa de administração antecipada	18	340.868	258.272
Total do não circulante		**347.525**	**266.053**
Patrimônio líquido	**22**		
Capital social		7.430	7.430
Reservas de capital		457	457
Reservas de lucros		136.889	103.194
Total do patrimônio líquido		**144.776**	**111.081**
Total do passivo e patrimônio líquido		**780.937**	**594.877**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de reais)

	Nota	1º Sem 2026	1º Sem 2025
Receita líquida	23	**103.488**	**79.180**
Receitas de intermediação financeira	24	**5.124**	**6.934**
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários		5.124	6.934
Lucro operacional bruto		**108.612**	**86.114**
Despesas de vendas		(76.722)	(43.995)
Despesas gerais e administrativas		(28.217)	(24.083)
Outras receitas e despesas, líquidas	25	6.148	4.537
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		**9.821**	**22.573**
Resultado financeiro líquido	26	41.070	25.586
Resultado operacional antes do Irpj e da Csl		**50.891**	**48.159**
Irpj e Csl - correntes	27	(17.222)	(15.771)
Irpj e Csl - diferidos	27	26	(94)
Lucro líquido do exercício		**33.695**	**32.294**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

	1º Sem 2026	1º Sem 2025
Lucro líquido	**33.695**	**32.294**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**33.695**	**32.294**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Durante o exercício não foram identificados outros resultados abrangentes, o que significa que o lucro líquido apurado no período corresponde integralmente ao resultado abrangente total, evidenciando estabilidade na composição do patrimônio líquido.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Lucro do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2024	**7.430**	**457**	**129.368**	**-**	**137.255**
Lucro líquido				32.294	32.294
Lucros distribuídos			(20.000)		(20.000)
Transferência para reservas:					
- Reserva de lucros			32.294	(32.294)	-
Saldo em 30/06/2025	**7.430**	**457**	**141.662**	**-**	**149.549**
Lucro líquido				23.542	23.542
Juros sobre capital próprio			(12.009)		(12.009)
Lucros distribuídos			(50.001)		(50.001)
Transferência para reservas:					
- Reserva de lucros			23.542	(23.542)	-
Saldo em 31/12/2025	**7.430**	**457**	**103.194**	**-**	**111.081**
Lucro líquido				33.695	33.695
Transferência para reservas:					
- Reserva de lucros			33.695	(33.695)	-
Saldo em 30/06/2026	**7.430**	**457**	**136.889**	**-**	**144.776**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**Nota**	**1º Sem 2026**	**1º Sem 2025**
Resultado ajustado			
Lucro líquido antes do Irpj e Csl		50.891	48.159
Depreciação e amortização	12	1.062	278
Provisão para perdas	21	(114)	(4.539)
Total do lucro líquido ajustado		**51.839**	**43.898**
Variação do ativo			
Ativos financeiros ao custo amortizado		(13.378)	(18.738)
Contas a receber	6	(9)	1.982
Impostos a recuperar	7	(19.113)	5.741
Adiantamentos		196	73
Depósitos judiciais	10	73	(114)
Outros créditos		(76)	(53)
Despesas antecipadas	9	(150.564)	(101.696)
Total da variação do ativo		**(182.871)**	**(112.805)**
Variação do passivo			
Comissões a pagar	14	46.113	32.722
Obrigações trabalhistas		(1.066)	447
Obrigações tributárias	16	(1.552)	(1.140)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	16	-	(7.880)
Recursos não procurados	17	(7.848)	267
Taxa de administração antecipada	18	102.826	63.652
Outras contas a pagar	19	(2.160)	(448)
Total da variação do passivo		**136.313**	**87.620**
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**5.281**	**18.713**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixa de imobilizado/intangível	12	303	756
Aquisição de imobilizado e ativo de direito de uso	12	(6.547)	(2.226)
Arrendamento mercantil	13	(784)	1.668
Caixa aplicado nas atividades de investimento		**(7.028)**	**198**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de lucros		-	(20.000)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		**-**	**(20.000)**
Variação em caixa e equivalentes de caixa		**(1.747)**	**(1.089)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	2.212	1.844
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	465	755
Variação em caixa e equivalentes de caixa		**(1.747)**	**(1.089)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Grupos de Consórcio

A administradora de consórcios e os grupos de consórcio possuem personalidade contábil distinta, embora sejam juridicamente interligados. Os recursos dos grupos não integram o patrimônio da administradora. Eles pertencem exclusivamente aos consorciados.

A administradora atua como gestora fiduciária desses recursos, com responsabilidade pela administração, mas não responde diretamente pelas obrigações dos grupos com terceiros, salvo quando existe aporte de recursos próprios para equilíbrio de grupos deficitários.

Segundo a Resolução BCB nº 92/2021 e o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), os grupos de consórcio são tratados como patrimônios de afetação, ou seja, recursos segregados do patrimônio da administradora.

Portanto, são elaboradas duas contabilidades distintas e obrigatórias:

Contabilidade da Administradora: Reflete os atos próprios da empresa, sua operação, custos, despesas, receitas (ex.: taxa de administração, receitas financeiras próprias, despesas administrativas, encargos fiscais, etc.).

Contabilidade dos Grupos: Reflete exclusivamente os recursos dos consorciados, arrecadações, aplicações financeiras dos grupos, contemplações, pagamentos, inadimplência, devoluções, etc.

Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios

(Em milhares de reais)

Ativo	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Circulante	**2.803.444**	**2.371.148**
Disponibilidades	**943.844**	**782.394**
Depósitos bancários	13.129	9.201
Títulos e valores mobiliários	930.715	773.193
Outros créditos	**1.859.600**	**1.588.754**
Bens apreendidos ou retomados	8.477	7.031
Direitos junto a consorciados contemplados	1.851.123	1.581.723
Compensação	**54.576.350**	**44.353.252**
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	148.242	128.437
Contribuições devidas aos grupos	27.424.827	22.289.551
Bens e serviços a contemplar	27.003.281	21.935.264
Total do ativo	**57.379.794**	**46.724.400**

Passivo	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Circulante	**2.803.444**	**2.371.148**
Obrigações com consorciados	1.564.356	1.335.626
Valores a repassar	192.324	159.718
Obrigações com contemplados a entregar	908.022	752.176
Obrigações com a administradora	600	196
Recursos a devolver a consorciados	106.580	97.205
Recursos dos grupos	31.562	26.113
Taxa antecipada	-	114
Compensação	**54.576.350**	**44.353.252**
Recursos mensais a receber de consorciados	148.242	128.437
Obrigação dos grupos por contribuições	27.424.827	22.289.551
Bens e serviços a contemplar	27.003.281	21.935.264
Total do passivo	**57.379.794**	**46.724.400**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios evidencia a posição dos ativos, obrigações e demais valores vinculados aos grupos de consórcio administrados pela Servopa Administradora de Consórcios Ltda. na data-base das demonstrações financeiras. A nota explicativa nº 29 apresenta os critérios utilizados em cada uma das contas.

Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos

(Em milhares de reais)

Disponibilidades (saldos iniciais)	**1º Sem 2026**	**1º Sem 2025**
Depósitos bancários	9.201	8.549
Aplicações financeiras	21.017	14.200
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	752.176	572.757
Total das disponibilidades iniciais	**782.394**	**595.506**
(+) Recursos coletados		
Contribuições para aquisição de bens	961.972	669.692
Taxa de administração	223.525	152.904
Contribuições ao fundo de reserva	4.215	2.645
Rendimentos de aplicações financeiras	41.559	31.438
Multas e juros moratórios	2.066	1.724
Prêmios de seguros	5.735	3.849
Outros	4.567.368	2.481.053
Total dos recursos coletados	**5.806.440**	**3.343.305**
(-) Recursos utilizados		
Aquisição de bens	(811.587)	(569.426)
Taxa de administração	(224.252)	(152.904)
Multas e juros moratórios	(1.035)	(862)
Prêmios de seguros	(5.346)	(3.716)
Devolução consorciados desligados	(17.009)	(11.951)
Outros (rateios encerramentos de grupos)	(4.585.761)	(2.498.577)
Total dos recursos utilizados	**(5.644.990)**	**(3.237.436)**
Disponibilidades (saldos finais)		
Depósitos bancários	13.129	10.900
Aplicações financeiras	22.693	10.956
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	908.022	679.519
Total das disponibilidades finais	**943.844**	**701.375**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Essa demonstração representa o conjunto de recursos administrados em nome dos consorciados, evidenciando os fluxos financeiros dos grupos de consórcio, incluindo as entradas de contribuições, aplicações financeiras, contemplações e demais obrigações, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.

No total, foram coletados R$ 5.806.440 mil e utilizados R$ 5.644.990 mil, resultando em incremento no saldo de disponibilidades dos grupos administrados. As disponibilidades iniciais totalizaram R$ 782.394 mil, e os recursos finais atingiram R$ 943.844 mil, denotando crescimento robusto no volume de recursos em custódia dos grupos de consórcio, fator que reforça a confiança dos consorciados e a responsabilidade fiduciária da administradora.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

As notas explicativas apresentam os critérios contábeis utilizados, os julgamentos e estimativas aplicados pela administração e os detalhes adicionais de natureza operacional, societária, financeira e tributária.

Entre os aspectos de maior relevância destacam-se:

- A adoção do CPC 47 para reconhecimento de receitas de contratos com clientes;
- A observância aos critérios de mensuração e provisão conforme a Resolução BCB nº 352/2023;
- As aplicações financeiras classificadas com baixo risco e emitidas por instituições com rating elevado;
- As provisões para perdas contingenciais e judiciais, constituídas com base em pareceres jurídicos;
- A política de constituição de provisões para inadimplência e grupos deficitários;
- A adequada segregação e evidência de recursos próprios e de terceiros (consorciados), conforme exigido pela legislação específica do setor.

1. Contexto Operacional

A sociedade tem como atividade a formação e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com:

- As práticas contábeis adotadas no Brasil;
- Os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);
- As normas emanadas do Banco Central do Brasil, especialmente as circulares aplicáveis às administradoras de consórcio;
- O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

2.2. Declaração de Continuidade

As informações estão apresentadas em valores históricos, exceto quando exigido o valor justo, e foram preparadas com base na continuidade operacional da Sociedade. A administração considera que a Servopa possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhum impedimento para continuar operando.

2.3. Moeda funcional, de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional é a mesma moeda de apresentação das demonstrações Financeiras. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para moeda funcional utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação.

2.4. Pronunciamentos técnicos aprovados pelo Banco Central

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil aprovaram os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), observados integralmente pela Servopa, quando aplicável.

Pronunciamento CPC	Resolução
CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de ativos	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução BCB nº 178/2022
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução BCB nº 2/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução BCB nº 9/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 27 - Ativo imobilizado	Resolução BCB nº 6/2020
CPC 33 - Benefícios a Empregados	Resolução BCB nº 59/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução BCB nº 120/2021
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Parcial - Resolução BCB nº 352/2023 e nº 397/2024

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis é o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Receitas de contratos com clientes e Despesas com Comissões – Resolução BCB nº 120/2021 e CPC 47

Em conformidade com a Resolução BCB nº 120/2021, vigente desde 1º de janeiro de 2022, a Administradora passou a adotar o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, reconhecendo as receitas de taxa de administração pelo regime de competência, ao longo da vigência dos contratos, deixando de adotar o reconhecimento pelo regime de caixa, anteriormente disciplinado pela Circular BCB nº 2.381/1993.

De forma consistente, as despesas com comissões pagas aos representantes comerciais, por se tratarem de custos incrementais de obtenção dos contratos, passaram a ser apropriadas na mesma proporção da realização da respectiva receita, estando registradas no ativo como despesas antecipadas, circulante ou não circulante, conforme o prazo dos contratos.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e das variações monetárias auferidos até a data do balanço. A Sociedade reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, e que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

Investimentos

Registrados pelo valor de custo, líquidos da provisão para perda, quando necessária.

Imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes (exceto as imobilizações em andamento). As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na respectiva nota explicativa.

Arrendamentos – CPC 06

Os contratos de arrendamentos nos quais a Sociedade possui o direito de uso dos ativos arrendados são reconhecidos, no seu início, como um direito de uso do ativo e um passivo de arrendamento. Os contratos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos descontados por meio da taxa de juros calculada por sua administração em 4,24% a.a.

Na adoção do CPC 06, em 30/06/2025, a Sociedade reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos já existentes. Para os contratos já vencidos ou com prazo indeterminado, a data de vencimento foi de 36 meses.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade assume os direitos e obrigações previstos nos respectivos contratos.

A partir de 1º de janeiro de 2025, com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 352/2023, foram incorporados, de forma adaptada, os conceitos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros às administradoras de consórcios. Esta norma estabelece critérios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação dos instrumentos financeiros. Ressalta-se que sua adoção respeita as particularidades do segmento de consórcios e não revoga os demais normativos específicos, especialmente no que se refere aos grupos administrados.

Complementarmente, a Resolução BCB nº 397/2024 trouxe ajustes e aprimoramentos, principalmente no que diz respeito às exigências de evidenciação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Sociedade classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A mensuração é feita, predominantemente, pelo custo amortizado, exceto para as aplicações financeiras dos grupos de consórcios, que seguem obrigatoriamente a mensuração pelo valor justo por meio do resultado (VJR), conforme determinações específicas.

O reconhecimento dos recebíveis de taxa de administração é realizado com base no valor que se espera receber, considerando os riscos de crédito. A provisão para perdas é constituída quando identificados riscos que possam impactar a recuperação desses ativos. Na presente data, não há registro de ativos financeiros com risco de crédito relevante.

Atualmente, a Sociedade não possui passivos financeiros contratados nem operações com derivativos. Caso haja necessidade futura, a contratação observará critérios conservadores, priorizando instrumentos de renda fixa, com instituições de baixo risco de crédito e devidamente avaliadas pelas agências de classificação.

A gestão financeira é realizada de forma criteriosa, com acompanhamento sistemático do fluxo de caixa dos grupos de consórcios, tanto efetivo quanto projetado. Na hipótese de projeções de encerramento deficitário dos grupos, são constituídas provisões para aportes, de acordo com as obrigações previstas nos normativos aplicáveis.

Além disso, a Resolução BCB nº 310/2023, vigente desde 1º de julho de 2023, atualizou os critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, mantendo alinhamento às práticas contábeis adotadas pelo Banco Central do Brasil.

Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Sociedade reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. A contrapartida dessas atualizações é refletida diretamente no resultado do exercício a que se refere.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto e longo prazos é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Sociedade tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

Provisão para perdas trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões para perdas trabalhistas, fiscais e cíveis são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em parecer jurídico sobre processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável.

Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real anual. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela trimestral excedente a R$ 60 mil. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	-	-
Bancos	465	2.212
Total	**465**	**2.212**

5. Ativos financeiros ao custo amortizado

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Títulos de renda fixa	22.920	8.940
Títulos de renda variável	1.496	1.557
Cotas de fundo de investimento	55.435	55.976
Total	**79.851**	**66.473**

Segregação no balanço patrimonial	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	79.524	66.163
Não circulante	327	310
Total	**79.851**	**66.473**

As aplicações financeiras concentram-se em fundos referenciados DI e CDBs emitidos por instituições de primeira linha. Todas são de curto prazo e apresentam liquidez imediata, com baixo risco de mercado.

Entre os principais destaques do exercício, destaca-se o aumento expressivo nas aplicações financeiras, resultado do crescimento das operações e da melhoria na eficiência da alocação de recursos.

6. Contas a Receber

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Cartões de crédito	535	323
Taxa de administração a receber CPC 47	3.397	3.352
Avisos bancários em trânsito	10	32
Aporte de recursos - grupos deficitários	2.264	2.423
Aporte de recursos - grupos em andamento	558	149
Taxas a receber - grupos	1.162	1.139
Total sem provisão	**7.926**	**7.418**
(-) PECLD	(6.533)	(6.034)
Total com provisão	**1.393**	**1.384**

A contabilização da PECLD (Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa) foi efetuada a partir de 2025, seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023.

7. Impostos a Recuperar

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	12.815	1.721
CSL a recuperar	3.967	-
PIS a recuperar	2.369	1.579
COFINS a recuperar	9.855	6.593
Total	**29.006**	**9.893**

Estes valores correspondem a créditos tributários passíveis de compensação futura com tributos a recolher.

8. Impostos Diferidos

Curto prazo	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	2.219	2.397
Contribuição social	799	867
Total	**3.018**	**3.264**

Os impostos diferidos são relativos ao imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) sobre as provisões temporárias de: (i) Pecld (perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa); e (ii) Passivo de Arrendamento Mercantil – CPC 06).

9. Despesas Antecipadas

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Comissões futuras	638.683	488.164
Outras despesas antecipadas	51	6
Total	**638.734**	**488.170**
Segregação no balanço patrimonial		
Circulante	50.568	39.311
Não circulante	588.166	448.859
Total	**638.734**	**488.170**

Como resultado do reflexo da nova forma de contabilização das receitas (CPC 47 e Resolução BCB 120/2021), as comissões pagas aos representantes, caracterizam custos incrementais relativos aos ativos de contratos e serão apropriados ao resultado do exercício pelo regime de competência em função dos respectivos prazos dos contratos com clientes.

10. Depósitos Judiciais

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Trabalhistas	5.073	5.073
Outros	163	236
Total	**5.236**	**5.309**

Os valores referem-se a depósitos vinculados a processos judiciais em curso.

11. Investimentos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Propriedades para investimento	239	239
Total	**239**	**239**

Refere-se a imóvel mantido com a finalidade de valorização de capital ou renda por aluguel, mensurado ao custo de aquisição.

12. Imobilizado

Contas	Taxa de Deprec. Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 2026	Líquido 2025
Benfeitorias em propriedades de terceiros	04%	697	(149)	548	562
Móveis e equipamentos	10 e 20%	9.367	(8.391)	976	931
Veículos	20%	848	(78)	770	736
Consórcios em andamento		4.275	-	4.275	3.943
Imobilizações em andamento		12.137	-	12.137	6.552
Total		**27.324**	**(8.618)**	**18.706**	**12.724**

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base na vida útil econômica estimada dos bens, de acordo com as práticas contábeis vigentes.

A movimentação dos saldos de custo e depreciação acumulada e valores líquidos contábeis do imobilizado para o período findo em 30 de junho de 2026 está demonstrada a seguir:

Custos	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2026
Benfeitorias em propriedades de terceiros	697	-	-	697
Móveis e equipamentos	9.153	214	-	9.367
Veículos	884	416	(452)	848
Consórcios em andamento	3.943	332	-	4.275
Imobilizações em andamento	6.552	5.585	-	12.137
Total	**21.229**	**6.547**	**(452)**	**27.324**
Depreciação acumulada				
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(135)	(14)	-	(149)
Móveis e equipamentos	(8.222)	(169)	-	(8.391)
Veículos	(148)	(79)	149	(78)
Total	**(8.505)**	**(262)**	**149**	**(8.618)**
Total geral	**12.724**	**6.285**	**(303)**	**18.706**

13. Arrendamentos

A movimentação das contas do ativo de direito de uso no 1º semestre de 2026 é apresentada a seguir:

Direito de Uso Arrendamento Mercantil	Saldo em 31/12/2025	Adições	Saldo em 30/06/2026
Imóveis	3.857	-	3.857
Total	**3.857**	**-**	**3.857**

Depreciação acumulada – Direito de Uso Arrendamento Mercantil	Saldo em 31/12/2025	Adições	Saldo em 30/06/2026
Imóveis	(762)	(800)	(1.562)
Total	**(762)**	**(800)**	**(1.562)**
Total geral	**3.095**	**(800)**	**2.295**

A seguir estão apresentados os saldos de passivos de arrendamento (passivos financeiros ao custo amortizado) reconhecidos de acordo com o CPC 06, mensurados ao valor presente destas obrigações:

Contrato	Taxa de desconto	Data de vencimento inicial	Data de vencimento final	Valor nominal total	Valor presente em 30/06/2026	Valor presente em 31/12/2025
Imóveis	4,24%	01/06/2025	01/06/2028	1.825	1.119	1.396
Veículos	4,23%	01/08/2025	30/09/2027	2.242	1.223	1.730
Total					**2.342**	**3.126**

Segregação no balanço patrimonial	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Circulante	1.538	1.584
Não circulante	804	1.542
Total	**2.342**	**3.126**

14. Comissões a Pagar

Contas	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Comissões a pagar	202.841	156.728
Total	**202.841**	**156.728**

As comissões referem-se às remunerações devidas aos representantes comerciais e serão liquidadas ao longo dos 12 meses subsequentes.

15. Partes Relacionadas

Durante o exercício de 2025, a Sociedade efetuou a provisão de Juros Sobre o Capital Próprio, a pagar para sua Controladora.

Contas	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Pessoas ligadas	10.106	10.106
Total	**10.106**	**10.106**

Ainda, a Sociedade realizou transações com a empresa coligada Paranapart Administradora de Bens Ltda., referentes à locação de imóvel utilizado como sede. A operação foi conduzida a valores de mercado, devidamente contratualizada e em conformidade com as boas práticas de governança corporativa. Para informações detalhadas sobre arrendamentos, incluindo aplicação do CPC 06, vide nota específica sobre arrendamentos.

16. Obrigações Tributárias

Contas	**30/06/2026**	**31/12/2025**
IRPJ a pagar	12.632	-
CSL a pagar	4.590	-
ISS a pagar	1.089	912
PIS a pagar	855	855
COFINS a pagar	3.938	3.939
Outros	571	2.299
Total	**23.675**	**8.005**

Segregação no balanço patrimonial		
Circulante	18.602	2.932
Não circulante	5.073	5.073
Total	**23.675**	**8.005**

Os valores informados no grupo do não circulante estão vinculados aos depósitos judiciais, cujas discussões sobre a obrigatoriedade de recolhimento estão sendo realizadas judicialmente.

17. Recursos Não Procurados

Descrição	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Recursos não procurados	-	7.848
Total	**-**	**7.848**

Refere-se a valores recebidos após encerramento dos grupos e que não foram distribuídos entre os consorciados devido a dificuldades na sua localização. Com o objetivo da realização do saldo de recursos não procurados, são realizadas sucessivas tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central.

Os valores são divulgados em conformidade com a Resolução BCB nº 156, de 19/10/2021, e referem-se a recursos constituídos anteriormente à vigência da Lei nº 11.795/2008. Os valores não reclamados, formados antes da referida Lei, permanecem registrados no passivo da administradora. Já aqueles constituídos após sua vigência são controlados em contas de compensação, não sendo, portanto, apresentados neste demonstrativo.

No 1º semestre de 2026, parte do saldo dos Recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados foi transferido para o Fundo Garantidor de Operações (FGO), conforme determinado pela Medida Provisória nº 1.355/2026, e outra foi transferida para o resultado do exercício.

18. Taxa de Administração Antecipada

Contas	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Taxa de administração antecipada	390.242	287.416
Total	**390.242**	**287.416**
Segregação no balanço patrimonial		
Circulante	49.374	29.144
Não circulante	340.868	258.272
Total	**390.242**	**287.416**

Valores referem-se a recebimentos antecipados por contemplações via lance ou adiantamento de parcelas. A apropriação segue o regime de competência (CPC 47 / Resolução BCB 120/2021).

19. Outras Contas a Pagar

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores diversos	1.182	3.336
Credores diversos	1	2
Avaliações de móveis a transferir	-	3
Avaliações de imóveis a transferir	-	11
Certidões a transferir	3	3
Outras	251	242
Total	**1.437**	**3.597**

Esses valores refletem obrigações operacionais e administrativas da instituição com vencimento de curto prazo.

20. Impostos diferidos

Contas	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	573	773
Contribuição social	207	279
Total	**780**	**1.052**

Os impostos diferidos passivos são relativos ao IRPJ (25%) e CSL (9%) sobre o ativo de direito de uso (arrendamento mercantil – CPC 06).

21. Provisão para Perdas

Provisão para perdas	31/12/2025	Variação	30/06/2026
Contingências trabalhistas	24	(24)	-
Contingências cíveis	90	(90)	-
Total	**114**	**(114)**	**-**

A Sociedade é parte em processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, classificados como riscos de perdas “provável” e “possível” pelos seus consultores jurídicos externos. Em 30 de junho de 2026, não havia processos classificados como de risco de perda “provável” (31/12/2025 – R$ 114), tendo sido integralmente revertida, no primeiro semestre de 2026, a provisão constituída em 31 de dezembro de 2025.

Os processos classificados como de risco de perda "possível" totalizavam R$ 4.505 em 30 de junho de 2026 (31/12/2025 – R$ 1.129).

22. Patrimônio Líquido

Capital Social:

O capital social da Sociedade é de R$ 7.430 mil, representado por 7.430.000 quotas no valor unitário de R$ 1,00, integralizadas pela sócia quotista.

Reserva de Capital:

Refere-se a valores oriundos de incentivos fiscais e ajustes monetários de exercícios anteriores.

Reservas de Lucros:

Compreendem os lucros retidos para reinvestimento e expansão da empresa. Para o 1º semestre de 2026, a Administração propôs a transferência do lucro líquido do exercício para contas de reservas de retenção de lucros. Os sócios deliberarão sobre a sua manutenção em reservas, visando ao fortalecimento da estrutura de capital da entidade, ou a distribuição de lucros.

A movimentação no patrimônio líquido demonstra o crescimento da reserva de lucros, que passou de R$ 103.194 mil em 2025 para R$ 136.889 mil em 2026.

23. Receita Líquida

Receita operacional bruta	**1º Sem 2026**	**1º Sem 2025**
Prestação de serviços	122.603	93.863
Total da receita bruta	**122.603**	**93.863**
(-) Impostos sobre vendas	(19.115)	(14.683)
Receita operacional líquida	**103.488**	**79.180**

A principal fonte de receita é a taxa de administração dos consórcios ativos. A receita líquida de vendas no 1º semestre de 2026 foi de R$ 103.488 mil.

Após o reconhecimento das despesas operacionais e financeiras, o lucro líquido apurado no período foi de R$ 33.695 mil.

24. Receita de Intermediação Financeira

Receita de intermediação financeira	1º Sem 2026	1º Sem 2025
Resultado de operações com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5.124	6.934
Total	**5.124**	**6.934**

25. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Contas	1º Sem 2026	1º Sem 2025
Reversão de provisões	6.148	4.539
Baixa de ações judiciais	-	-
Outros	-	(2)
Total	**6.148**	**4.537**

26. Resultado Financeiro Líquido

Receitas financeiras	1º Sem 2026	1º Sem 2025
Recebimento de multas	27.644	25.911
Descontos obtidos	10	-
Outras receitas	14.203	305
Total das receitas financeiras	**41.857**	**26.216**
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	(286)	(407)
Prejuízo de títulos e valores mobiliários	(255)	(105)
Juros sobre arrendamento - CPC 06	(106)	(6)
Demais despesas financeiras	(140)	(112)
Total das despesas financeiras	**(787)**	**(630)**
Resultado financeiro líquido	**41.070**	**25.586**

27. Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	1º Sem 2026	1º Sem 2025
Imposto de renda	(12.632)	(11.464)
Contribuição social sobre o lucro	(4.590)	(4.307)
Total	**(17.222)**	**(15.771)**

Irpj e Csl - correntes	**1º Sem 2026**	**1º Sem 2025**
Resultado antes dos impostos	50.891	48.159
(+) Adições	7.763	4.578
(-) Exclusões	(7.230)	(4.884)
(-) Prejuízo fiscal	(312)	-
Base de cálculo	**51.112**	**47.853**
Alíquota	33,69%	32,96%
Valor do imposto	**(17.222)**	**(15.771)**

Irpj e Csl - diferidos ativos			
Bases das diferenças temporárias	**31/12/2025**	**Variação**	**30/06/2026**
Pecld	6.034	499	6.533
Contingência trabalhista	24	(24)	-
Contingências cíveis	90	(90)	-
Passivos de arrendamentos - CPC 06	3.263	(842)	2.421
Juros sobre arrendamentos - CPC 06	(137)	58	(79)
Prejuízo fiscal	312	(312)	-
Base de cálculo negativa da CSL	362	(362)	-
Total das bases	**9.948**	**(1.073)**	**8.875**
Total dos Irpj e Csl - diferidos ativos			
IRPJ	2.397	(178)	2.219
CSL	867	(68)	799
Total do diferido	**3.264**	**(246)**	**3.018**

Irpj e Csl - diferidos passivos			
Bases das diferenças temporárias			
Ativo de direito de uso - CPC 06	3.095	(800)	2.295
Total das bases	**3.095**	**(800)**	**2.295**
Total dos Irpj e Csl - diferidos passivos			
IRPJ	773	(200)	573
CSL	279	(72)	207
Total do diferido	**1.052**	**(272)**	**780**
Total	**2.212**	**26**	**2.238**

28. Resumos das Operações de Consórcio

Posição das operações do consórcio nos períodos	30/06/2026	31/12/2025
Quantidade de grupos administrados	201	190
Bens entregues no período	7.200	5.554
Bens entregues no total	36.731	34.343
Taxa de Inadimplência	11,65%	11,89%
Quantidade de consorciados ativos	171.535	140.612
Quantidade de consorciados excluídos no período	16.682	11.558
Quantidade de consorciados excluídos total	78.454	63.642
Quantidade de bens pendentes de entrega	11.143	9.024

O crescimento operacional refletido nos indicadores demonstra a expansão do alcance da empresa no mercado.

Para fins de reconhecimento de perdas associadas ao risco de crédito, a Sociedade adota, como critério interno de inadimplência, a existência de saldo vencido e não pago a partir de 1 (um) dia de atraso. Com base nesse critério, são avaliadas as necessidades de constituição de provisão para perdas esperadas, considerando informações históricas, fatores atuais e projeções futuras, em linha com os conceitos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, adaptados pela regulamentação específica do Banco Central aplicável às administradoras de consórcio.

29. Demontração Consolidada dos Recursos dos Grupos de Consórcio

As informações apresentadas são consolidadas a partir da posição individual dos grupos administrados pela Servopa, considerando a natureza específica das operações de consórcio e os critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável.

Ativo

Disponibilidades – Correspondem aos recursos financeiros que permanecem à disposição dos grupos de consórcio na data-base, destinados à movimentação financeira e ao atendimento dos compromissos assumidos pelos respectivos grupos.

Depósitos bancários – Referem-se aos valores financeiros mantidos em contas bancárias vinculadas às operações dos grupos de consórcio, utilizados para recebimento das contribuições, realização dos pagamentos e demais movimentações necessárias ao funcionamento dos grupos.

Títulos e valores mobiliários – Representam os recursos dos grupos destinados a aplicações em títulos e valores mobiliários, realizadas de acordo com as condições previstas na regulamentação vigente e considerando a necessidade de preservação da disponibilidade dos recursos para atendimento das obrigações dos grupos.

Outros créditos – Compreendem valores a receber ou direitos de natureza diversa relacionados às operações dos grupos de consórcio, que não se enquadram nas demais classificações apresentadas no ativo da demonstração.

Bens apreendidos ou retomados – Correspondem aos bens que retornaram à esfera de responsabilidade dos grupos em razão de procedimentos de recuperação de crédito decorrentes do inadimplemento de consorciados. Permanecem registrados enquanto não ocorrer sua respectiva realização, observados os critérios aplicáveis à sua mensuração e baixa.

Direitos junto a consorciados contemplados – Representam os direitos creditórios constituídos perante consorciados que já foram contemplados, relacionados às obrigações financeiras decorrentes de seus respectivos contratos de participação em grupos de consórcio. A realização desses direitos ocorre conforme o fluxo de pagamento estabelecido contratualmente, sendo considerados, quando aplicáveis, os ajustes decorrentes da avaliação das perdas esperadas.

Compensação – Os valores registrados em contas de compensação têm por finalidade demonstrar informações relativas a direitos, obrigações e compromissos associados à evolução futura dos grupos de consórcio, sem representar, por si só, ativos ou passivos exigíveis na data-base.

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados – Representa a estimativa dos valores que deverão ingressar nos grupos de consórcio em decorrência das contribuições previstas para os períodos subsequentes, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos dos grupos.

Contribuições devidas aos grupos – Correspondem aos valores que permanecem pendentes de pagamento pelos consorciados em relação às obrigações previstas nos respectivos contratos de participação nos grupos.

Bens e serviços a contemplar – Representam os valores relacionados aos bens e serviços que constituem o objeto dos grupos de consórcio e que poderão ser disponibilizados aos participantes mediante a ocorrência das respectivas contemplações, de acordo com as condições contratuais.

Passivo

Obrigações com consorciados – Correspondem aos compromissos financeiros assumidos pelos grupos perante seus participantes, originados das operações realizadas no curso normal dos grupos e das condições previstas nos respectivos contratos.

Valores a repassar – Representam os valores que, embora já identificados ou recebidos no âmbito das operações dos grupos, ainda permanecem pendentes de transferência aos respectivos destinatários na data-base.

Obrigações com contemplados a entregar – Correspondem aos compromissos decorrentes das contemplações já realizadas em que o bem, serviço ou crédito ainda não tenha sido efetivamente disponibilizado ao respectivo consorciado.

Obrigações com a administradora – Compreendem os valores devidos pelos grupos de consórcio à Servopa, decorrentes das relações financeiras estabelecidas entre os grupos e a Administradora no exercício de suas atividades de gestão e administração.

Recursos a devolver a consorciados – Correspondem aos valores que, por força das condições contratuais ou regulamentares aplicáveis, constituem obrigação dos grupos de restituição aos seus participantes.

Recursos dos grupos – Representam os valores acumulados pelos grupos de consórcio para o cumprimento de suas finalidades, formados principalmente pelas contribuições dos participantes e pelos demais recursos que, nos termos contratuais e regulamentares, sejam incorporados aos respectivos grupos.

Taxa antecipada – Correspondem aos valores de taxa de administração recebidos pela Servopa antes do período em que os respectivos serviços de administração são apropriados ao resultado. Esses valores permanecem registrados como obrigação até que sejam atendidos os critérios necessários para seu reconhecimento como receita, de acordo com a prestação dos serviços de administração dos grupos.

Compensação – Passivo

Recursos mensais a receber de consorciados – Representam os valores que se espera arrecadar dos participantes nos períodos seguintes, em decorrência das obrigações previstas nos contratos de participação dos grupos.

Obrigações dos grupos por contribuições – Correspondem aos compromissos associados às contribuições previstas para os grupos, refletindo as obrigações decorrentes da estrutura de arrecadação e formação dos recursos necessários ao desenvolvimento das operações de consórcio.

Bens e serviços a contemplar – Representam os compromissos futuros dos grupos relacionados à disponibilização dos bens, serviços ou créditos aos participantes contemplados, de acordo com as características e condições estabelecidas para cada grupo.

30. Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos

A movimentação apresentada considera exclusivamente os recursos vinculados aos grupos de consórcio e sua utilização no cumprimento das obrigações e finalidades estabelecidas nos respectivos contratos e na regulamentação aplicável.

Disponibilidades - saldos iniciais – Correspondem aos recursos financeiros dos grupos de consórcio existentes no início do período, representando os valores provenientes do encerramento do período anterior e que permaneciam disponíveis para utilização pelos respectivos grupos.

Depósitos bancários – Representam os valores mantidos em contas bancárias vinculadas aos grupos de consórcio no início do período, destinados à movimentação financeira e ao atendimento das obrigações dos grupos.

Aplicações financeiras – Correspondem aos recursos dos grupos de consórcio mantidos em aplicações financeiras no início do período, realizadas de acordo com as disposições regulamentares aplicáveis à administração dos recursos dos grupos.

Aplicações financeiras vinculadas a contemplações – Representam os recursos aplicados financeiramente que se encontram vinculados ao atendimento das contemplações realizadas, destinados à aquisição dos bens, contratação dos serviços ou disponibilização dos créditos correspondentes aos consorciados contemplados.

Total das disponibilidades iniciais – Corresponde ao montante dos recursos financeiros existentes nos grupos de consórcio no início do período, considerando os valores mantidos em depósitos bancários e aplicações financeiras, inclusive aquelas vinculadas às contemplações.

(+) Recursos coletados – Representam os ingressos financeiros ocorridos durante o período em decorrência das operações dos grupos de consórcio, abrangendo as contribuições dos consorciados, os rendimentos financeiros e os demais valores arrecadados pelos grupos.

Contribuições para aquisição de bens – Correspondem aos valores pagos pelos consorciados destinados à formação dos recursos necessários à aquisição dos bens ou à disponibilização dos serviços objeto dos respectivos grupos de consórcio.

Taxa de administração – Representa os valores arrecadados dos consorciados a título de taxa de administração, conforme os critérios e condições estabelecidos nos respectivos contratos de participação em grupos de consórcio.

Contribuições ao fundo de reserva – Compreendem os valores arrecadados dos consorciados destinados à constituição ou manutenção do fundo de reserva dos grupos, quando previsto contratualmente.

Rendimentos de aplicações financeiras – Correspondem aos rendimentos obtidos pelos grupos de consórcio em decorrência da aplicação de seus recursos financeiros durante o período.

Multas e juros moratórios – Representam os valores recebidos em decorrência de multas e juros incidentes sobre pagamentos realizados pelos consorciados após os respectivos vencimentos, conforme as condições estabelecidas nos contratos e na regulamentação aplicável.

Prêmios de seguros – Correspondem aos valores arrecadados dos consorciados relacionados aos seguros vinculados às operações dos grupos, quando previstos nos respectivos contratos.

Outros – Compreendem os demais ingressos financeiros relacionados às operações dos grupos de consórcio que não estejam classificados nas rubricas anteriores.

Total dos recursos coletados – Representa o total dos recursos financeiros ingressados nos grupos de consórcio durante o período, considerando as contribuições dos consorciados, os rendimentos das aplicações financeiras e os demais valores arrecadados.

(-) Recursos utilizados – Representam os desembolsos realizados pelos grupos de consórcio durante o período para o cumprimento de suas obrigações e para a execução das operações previstas nos respectivos contratos.

Aquisição de bens – Correspondem aos valores pagos para aquisição de bens destinados aos consorciados contemplados, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos de participação em grupos de consórcio.

Taxa de administraçã – Representa os valores destinados à Administradora em decorrência da taxa de administração, correspondente à remuneração pelos serviços de administração dos grupos, observados os critérios contratuais e regulamentares aplicáveis.

Multas e juros moratórios – Compreendem os valores pagos pelos grupos em decorrência de multas, juros e demais encargos moratórios incidentes sobre suas obrigações, quando aplicáveis.

Prêmios de seguros – Correspondem aos desembolsos efetuados pelos grupos para pagamento dos prêmios de seguros vinculados às operações de consórcio, quando previstos contratualmente.

Devolução a consorciados desligados – Representam os valores restituídos aos consorciados cuja participação nos grupos tenha sido encerrada, cancelada ou tenha ocorrido outra situação que resulte em direito à devolução de recursos, observadas as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Outros – rateios e encerramentos de grupos – Compreendem os demais desembolsos dos grupos de consórcio não classificados nas rubricas anteriores, incluindo valores decorrentes de rateios e procedimentos relacionados ao encerramento dos grupos.

Total dos recursos utilizados – Corresponde ao montante dos recursos financeiros utilizados pelos grupos de consórcio durante o período para aquisição de bens, pagamento de obrigações, contratação de seguros, devolução de recursos e demais desembolsos relacionados às operações dos grupos.

Disponibilidades – saldos finais – Correspondem aos recursos financeiros dos grupos de consórcio remanescentes ao final do período, após a movimentação decorrente dos recursos coletados e dos recursos utilizados durante o período.

Depósitos bancários – Representam os valores financeiros mantidos em contas bancárias vinculadas aos grupos de consórcio ao final do período.

Aplicações financeiras – Correspondem aos recursos dos grupos mantidos em aplicações financeiras na data de encerramento do período.

Aplicações financeiras vinculadas a contemplações – Representam os recursos financeiros aplicados e vinculados ao atendimento das obrigações decorrentes das contemplações realizadas, existentes ao final do período.

Total das disponibilidades finais – Corresponde ao saldo consolidado dos recursos financeiros dos grupos de consórcio ao final do período, composto pelos depósitos bancários e pelas aplicações financeiras, inclusive aquelas vinculadas às contemplações.

Conciliação da movimentação – A variação das disponibilidades dos grupos de consórcio durante o período pode ser representada pela seguinte composição:

Disponibilidades – saldos iniciais

(+) Recursos coletados

(-) Recursos utilizados

= Disponibilidades – saldos finais

Essa demonstração permite acompanhar a formação e a utilização dos recursos financeiros dos grupos de consórcio durante o período, evidenciando os principais eventos que determinaram a variação entre os saldos inicial e final.

31. Aplicações Financeiras dos Grupos de Consórcio

As aplicações financeiras dos recursos dos consorciados são efetuadas exclusivamente em fundos de renda fixa de baixo risco, conforme disposto na Circular nº 3.432/2009 do BACEN.

Fundos utilizados:

Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo Títulos Públicos – CNPJ: 00.885.762/0001-12

Bradesco Special FIF Fundo de Investimento em Cotas RF Referencida DI – Resp Limitada – CNPJ: 60.746.948/0001-12

32. Cobertura de Seguros

A Sociedade mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco.

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis está demonstrada a seguir:

Bens segurados	Data de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Edifícios	17/08/2025	17/08/2026	39.406

33. Limites Operacionais da Administradora

A Administradora observa o “limite de alavancagem” e o “limite de imobilização”, estabelecidos na Resolução BCB nº 234, de 2022, do Banco Central do Brasil, mantendo-se em conformidade com os parâmetros regulatórios aplicáveis.

34. Reforma Tributária do Consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabeleceu as bases para a Reforma Tributária do Consumo no Brasil. A regulamentação do novo modelo tributário vem sendo desenvolvida por meio de legislação complementar e atos regulamentares, destacando-se a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, e demais normas posteriormente editadas.

A Reforma Tributária prevê a substituição gradual de determinados tributos incidentes sobre o consumo por um novo modelo baseado, principalmente, na Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS e no Imposto sobre Bens e Serviços – IBS.

A implementação do novo sistema teve início em 2026, considerado período de transição e adaptação, com a introdução das novas sistemáticas e das respectivas obrigações acessórias. A partir de 2027, está prevista uma etapa adicional de transição, com a substituição do PIS e da COFINS pela CBS. Entre 2029 e 2032 ocorrerá, de forma gradual, a substituição do ICMS e do ISS pelo IBS, estando prevista para 2033 a vigência integral do novo modelo tributário.

Durante esse período, permanecerão coexistindo diferentes regras, tributos, procedimentos e obrigações acessórias, exigindo das empresas adaptações graduais em seus processos, sistemas, controles internos e procedimentos fiscais e contábeis. A Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS vêm estabelecendo cronogramas e leiautes para a implementação das novas obrigações e documentos fiscais eletrônicos.

Impactos para a Administradora

A Administração da Servopa Administradora de Consórcios Ltda. está acompanhando a regulamentação da Reforma Tributária e conduzindo estudos e adequações necessários para avaliar os impactos decorrentes da implementação do novo sistema tributário sobre suas operações.

Nesse contexto, encontram-se em desenvolvimento ações relacionadas à avaliação dos processos operacionais, sistemas, documentos fiscais, obrigações acessórias, parametrizações e procedimentos internos necessários para atendimento às novas exigências legais e regulamentares.

A Administração também está analisando os possíveis reflexos da Reforma Tributária sobre as operações da Sociedade, considerando as características específicas de suas atividades como administradora de consórcios, bem como os efeitos decorrentes da transição entre o

modelo tributário atual e o novo modelo.

Avaliação dos impactos econômicos e financeiros

Os estudos realizados pela Administração contemplam, entre outros aspectos, a avaliação dos possíveis efeitos da Reforma Tributária tanto sobre o resultado da Sociedade quanto sobre sua posição financeira e geração de caixa.

No que se refere ao resultado, estão sendo avaliados os potenciais impactos sobre receitas, custos, despesas e carga tributária efetiva, considerando as alterações na sistemática de incidência dos tributos, as regras de creditamento, os tratamentos específicos aplicáveis às operações da Sociedade e a evolução da legislação durante o período de transição.

Em relação ao caixa, a Administração está avaliando os possíveis efeitos decorrentes da alteração dos momentos de apuração, recolhimento e recuperação dos tributos, bem como os impactos que poderão ocorrer sobre o fluxo financeiro da Sociedade ao longo das diferentes etapas de implementação da Reforma Tributária.

Até a presente data, os estudos e trabalhos de adequação permanecem em andamento, considerando que a implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual e que a regulamentação, os procedimentos operacionais, os leiautes e demais requisitos aplicáveis continuam sendo desenvolvidos e atualizados pelos órgãos competentes.

Dessa forma, não é possível, neste momento, mensurar com razoável segurança todos os impactos definitivos da Reforma Tributária sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, especialmente aqueles relacionados às etapas futuras de transição.

A Administração continuará acompanhando a evolução da legislação e das regulamentações aplicáveis, bem como os respectivos impactos sobre os negócios da Sociedade, promovendo as adequações necessárias em seus sistemas, processos e controles internos e atualizando suas avaliações à medida que novas informações e definições forem disponibilizadas.

A Sociedade permanece empenhada em assegurar a adequada preparação para as diferentes etapas de implementação da Reforma Tributária, buscando garantir a conformidade com as novas obrigações legais e regulamentares e, simultaneamente, avaliar seus potenciais efeitos sobre o desempenho econômico, financeiro e operacional da Sociedade.

35. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade em 31 de agosto de 2026, considerando todos os eventos subsequentes até essa data que pudessem impactar a sua elaboração.

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
ANYA SUSANNE VOSWINCKEL CELESTINO
Data: 13/10/2026 11:33:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
CORINNA BEATRIZ VOSWINCKEL PEDROSO
Data: 14/10/2026 13:26:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

BR VOS Participações Societárias Ltda.

Cargo: Sócia Quotista

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
ANYA SUSANNE VOSWINCKEL CELESTINO
Data: 13/10/2026 11:31:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Anya S. Voswinckel Celestino

Cargo: Sócia Quotista

Ricardo Vogman de Lima

Contador CRC PR – 054107/O-9

ASSINADO DIGITALMENTE
RICARDO VOGMAN DE LIMA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro